

SUMÁRIO

PROCESSO Nº. 16.152-7/2022

TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA - SINRA

MARCOS CATALANO CORRÊA –

SECRETÁRIO ADJUNTO DE OBRAS DA SINRA

ALEGAÇÕES FINAIS DE DEFESA

Descrição dos documentos	Página
Ofício de Encaminhamento.	02
Alegações Finais	03



Cuiabá/MT, 14 de maio de 2025.

Ofício s/nº.

Processo TCE nº.: 16.152-7/2022

Jurisdicionado: Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SINFRA

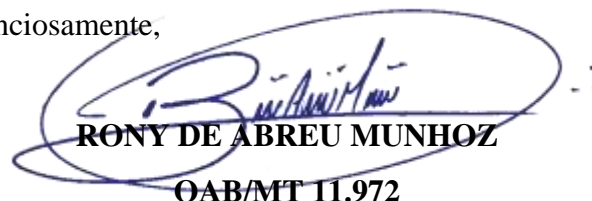
Interessado: Marcos Catalano Corrêa - Secretário Adjunto de Obras da SINFRA

Relator: Conselheiro Antônio Joaquim Moraes Rodrigues Neto

Assunto: Alegações Finais de Defesa

MARCOS CATALANO CORRÊA, brasileiro, casado, Engenheiro Civil, portador da Cédula de Identidade nº. 0547200-8 SJ/MT, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº. 551.523.761-72, residente e domiciliado na Avenida São Sebastião, nº. 1617, Edifício Arboretto, Torre I, Apartamento 1404, Bairro Goiabeiras, Município de Cuiabá/MT, Cep: 78.032-160, e-mail: macatacorrea@hotmail.com e **DIOGO MENEZES SOUZA**, brasileiro, casado, Engenheiro Civil, portador da Cédula de Identidade nº. 4234424 DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CÍVIL DE GOIÁS, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº. 005.945.761-99, residente e domiciliado na Avenida Vereador Juliano da Costa Marques, nº. 369, Edifício Pantanal II, Torre Flora, Apartamento 304, Bairro Jardim Aclimação, Município de Cuiabá/MT, Cep: 78.050-253, e-mail: diogo@evviaengenharia.com.br, vêm, por intermédio de seu procurador *in fine* assinado (*ut* instrumentos de mandato em anexo), com o devido respeito a presença de Vossa Excelência, **ENCAMINHAR** sua Alegações Final de Defesa acerca dos fatos e fundamentos jurídicos que permeiam o presente processo.

Atenciosamente,


RONY DE ABREU MUNHOZ
OAB/MT 11.972

Ao

Exmo. Sr. Antônio Joaquim Moraes Rodrigues Neto

Conselheiro Relator

Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

Cuiabá/MT



EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO RELATOR - ANTÔNIO JOAQUIM MORAES RODRIGUES NETO - DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO.

Processo TCE nº.: 16.152-7/2022

Jurisdicionado: Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SINFRA

Interessado: Marcos Catalano Corrêa - Secretário Adjunto de Obras da SINFRA

Relator: Conselheiro Antônio Joaquim Moraes Rodrigues Neto

Assunto: Alegações Final de Defesa

MARCOS CATALANO CORRÊA, brasileiro, casado, Engenheiro Civil, portador da Cédula de Identidade nº. 0547200-8 SJ/MT, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº. 551.523.761-72, residente e domiciliado na Avenida São Sebastião, nº. 1617, Edifício Arboretto, Torre I, Apartamento 1404, Bairro Goiabeiras, Município de Cuiabá/MT, Cep: 78.032-160, e-mail: macatacorrea@hotmail.com e **DIOGO MENEZES SOUZA**, brasileiro, casado, Engenheiro Civil, portador da Cédula de Identidade nº. 4234424 DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CÍVIL DE GOIÁS, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº. 005.945.761-99, residente e domiciliado na Avenida Vereador Juliano da Costa Marques, nº. 369, Edifício Pantanal II, Torre Flora, Apartamento 304, Bairro Jardim Aclimação, Município de Cuiabá/MT, Cep: 78.050-253, e-mail: diogo@evviaengenharia.com.br, vêm, por intermédio de seu procurador *in fine* assinado (*ut* instrumentos de mandato incluso), com o devido respeito a presença de Vossa Excelência, encaminhar sua **ALEGAÇÕES FINAIS DE DEFESA**, consoante os seguintes fatos e fundamentos jurídicos:



1 - DOS FATOS E FUNDAMENTOS JURÍDICOS QUE SUSTENTAM A PRESENTE ALEGAÇÕES FINAIS DE DEFESA

De início, cumpre-nos ratificar os argumentos defensivos apresentados em sede de Manifestação Prévia de Defesa, onde restou demonstrado a inexistência de irregularidade punível na suposta transfiguração do objeto originalmente contratado, tampouco tal fato ocorreu a partir do 5º Termo Aditivo, cuja responsabilidade fora atribuída aos Defendentes.

O projeto executivo para execução dos serviços de conservação, restauração e melhoramento do meio ambiente na Rodovia MT-246, numa extensão de 45,245km, foi elaborado em novembro de 2013. A ordem de início dos serviços foi emitida em 01/10/2014, contudo, menos de um mês depois, a obra recebeu ordem de paralisação datada de 31/10/2014. Em 22/05/2015, a obra teve ordem de reinício de serviços, os quais duraram até 11/04/2016, quando nova ordem de paralisação fora emitida. Em 2017, entre os dias 17/05 e 30/08, a obra esteve com ordem de serviço vigente, todavia, após mais de 07 (sete) meses paralisada, foi retomada somente em 11/04/2018.

Desse modo, considerando o lapso temporal havido entre a elaboração do projeto executivo e a efetiva execução da obra, a via passou a demonstrar níveis de segurança insatisfatório aos usuários, não conseguindo suportar o tráfego crescente de veículos.

Inicialmente, o projeto executivo previa a execução dos seguintes serviços:

- a) Remoção mecanizada do revestimento betuminoso;**
- b) Recomposição da camada de base c/ adição de 20% de brita;**
- c) Concreto betuminoso usinado a quente - Faixa “C”.**

Ocorre que estudos de laboratório realizados pela empresa Supervisora da obra identificaram que a solução de “Recomposição da camada de base c/ adição de 20% de brita” apresentava Índices de Suporte Califórnia (ISC) ou CBR variando entre 40% à 50%, não atendendo à Norma DNIT nº. 141/2010-ES - Pavimentação - Base estabilizada granulometricamente.

Conforme a Norma DNIT nº. 141/2010-ES, o CBR para a camada de base deve satisfazer às seguintes condições:

a) $ISC \geq 60\%$ para número $N \leq 5 \times 10^6$;

b) $ISC \geq 80\%$ para Número $N > 5 \times 10^6$.

A letra “N” representa o número de repetições (ou operações) dos eixos dos veículos, equivalentes às solicitações do eixo padrão rodoviário de 8,2 tf durante o período considerado de vida útil do pavimento.

Portanto, a solução contemplada no projeto executivo da Rodovia MT-246, onde constatou-se um número N de $2,86 \times 10^7$, não atendia às especificações da Norma DNIT nº. 141/2010-ES.

As coletas de materiais ao longo do segmento e a realização dos ensaios em laboratório permitiram analisar a melhor solução para “Recomposição da camada de base”, de modo que foram ensaiadas as seguintes misturas:

- Mistura 01: Material de base com incorporação do pavimento existente (CBUQ) e adição de 10% de brita;
- Mistura 02: Material de base com incorporação do pavimento existente (CBUQ) e adição de 20% de brita;
- Mistura 03: Material de base com incorporação do pavimento existente (CBUQ) e adição de 1,5% de cimento e 10% de brita;
- Mistura 04: Material de base com incorporação do pavimento existente (CBUQ) e adição de 1,5% de cimento e 20% de brita;
- **Mistura 05: Material de base com incorporação do pavimento existente (CBUQ) e adição de 1,5% de cimento.**

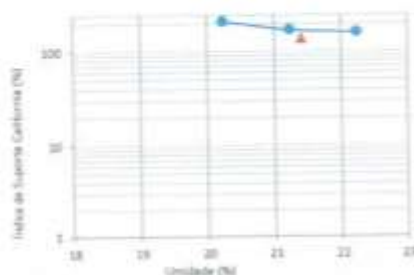
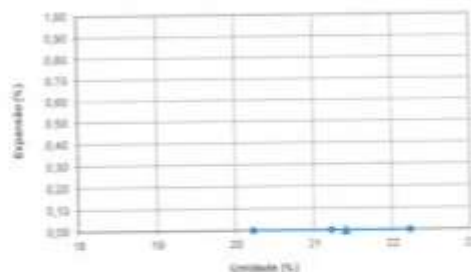
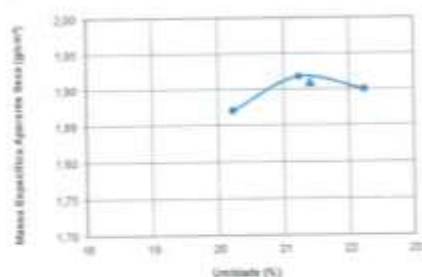
Os ensaios realizados pela supervisora indicaram a “Mistura 5” como solução mais adequada, que atendeu as especificações técnicas da Norma DNIT nº. 141/2010-ES - Base estabilizada granulometricamente, bem como do suporte especificado em projeto executivo.

Veja-se os ensaios referentes à “Mistura 5”, executados pela supervisora da obra:

SINFRA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA		GOVERNO DE MATO GROSSO		ASTEC ENGENHARIA	
Estudos Geotécnicos					
Rodovia:	MT-246				
Trecho:	Entr. BR-163/364 (TREVO JANGADO) - BARRA DO BUGRES				
NORMA	LABORATORISTA	ET	DATA	PROFUNDIDADE	NA
ABNT NBR 2545	Rodrigo de Almeida		22/05/17		0.00

ÍNDICE DE SUPORTE DE CALIFÓRNIA

PREPARAÇÃO E UMIDECIMENTO E MOLDAGEM		PENEIRAÇÃO INICIAL		"PEDREGULHO"						
ENSAIO TIPO: ENERGIA MODIFICADA	AMOSTRA	g	%	g	%					
OBS: BASE + PAVIMENTO RECICLADO + 1,8% CIMENTO	FRAÇÃO > 4,75 mm	g	%	g	%					
	FRAÇÃO < 4,75 mm	g	%	g	%					
UMIDADE HIGROSCÓPICA		1		2						
Nº Moldagem	1	2	3	4	5					
Massa de Moldagem (g)	7000	7000	7000							
Água Adicional (cm³)	260	350	420							
Molde (nº)	15	32	37							
Volume do Molde (cm³)	2102	2079	2094							
Molde com Solo (g)	8910	8964	8999							
Tara do Molde (g)	4182	4130	4136							
Massa do Solo Úmido (g)	4728	4834	4863							
Densidade Úmida (g/cm³)	2,249	2,325	2,322							
Densidade Seca (g/cm³)	1,871	1,918	1,900							
EXPANSÃO		PENETRAÇÃO								
Cilind. Nº	15	32	37	Cilind. Nº	1	2	3	4	5	
Leit.	Leit.	Leit.	Leit.	Leit.	Leit.	Leit.	Leit.	Leit.	Leit.	
Sobre Carga	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Carga	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
1				1	1,25	1200	111	570	53	510
2				2	2,50	1600	148	1300	120	1220
3				3	5,00	2000	185	1480	135	1600
4				4	7,50		0		0	
5	0,00	0,00	0,00	5	ANEL	6	7,50		0	
Exp. %	0,00	0,00	0,00	6	DINAMOM.	8	10		0	
				7	3531	10	12,5		0	
Altura do C.P. (mm)	114	114	114	8	CONST.	CBR(2,5)	211	172	151	0
				9	0,09249	CBR(5,0)	176	129	141	0



H.O.	21,40
Dens.	1,910
CBR	139
Exp.	0,00

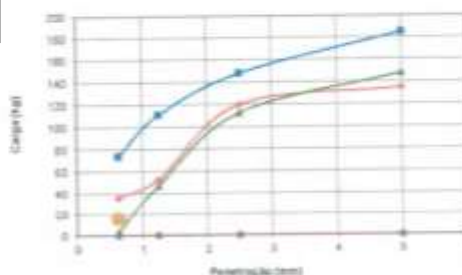


FIGURA 1 - ENSAIO REALIZADO PELA SUPERVISORA.

Handwritten signature

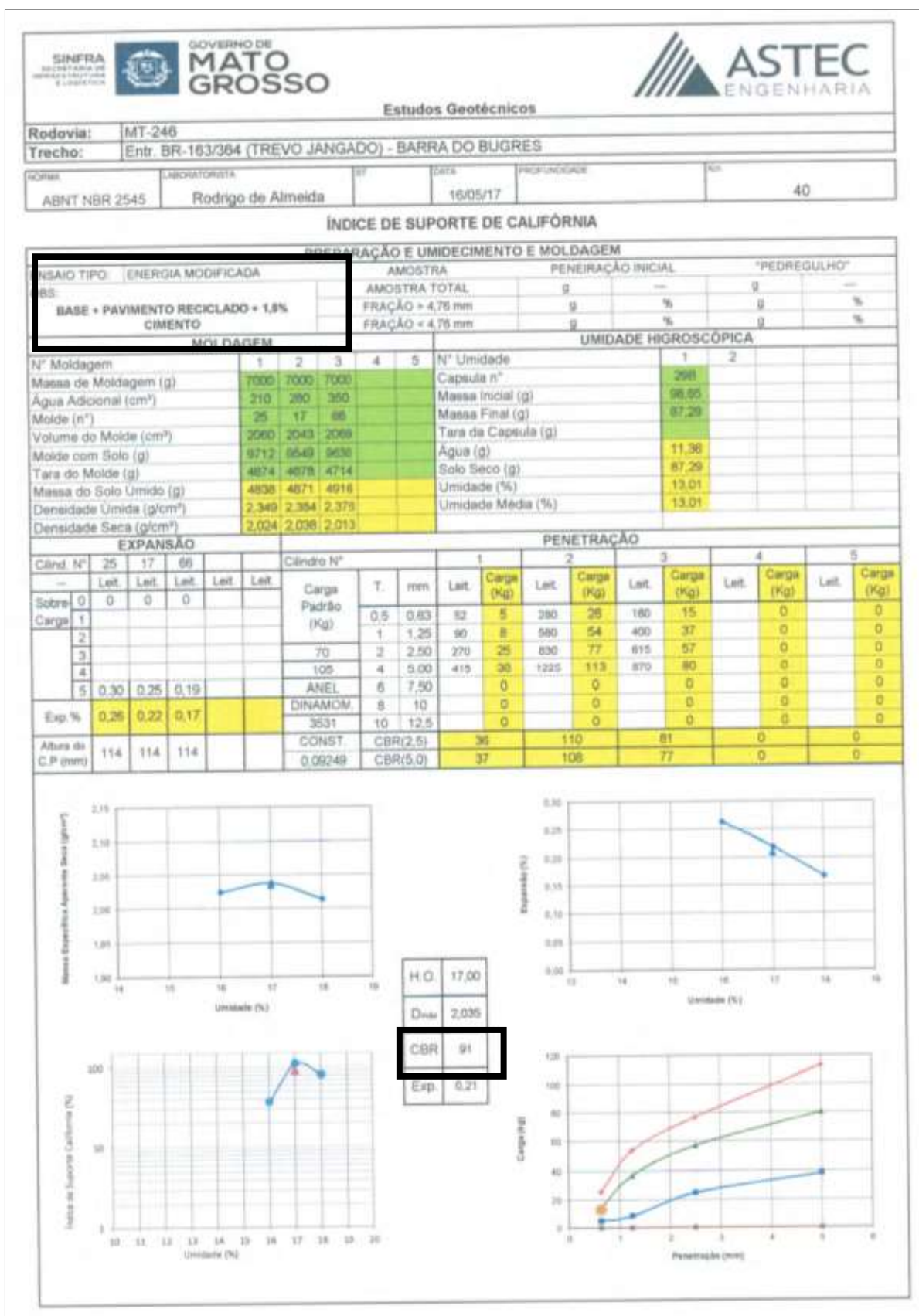


FIGURA 2 - ENSAIO REALIZADO PELA SUPERVISORA.

Diante deste cenário, fora reavaliada a solução proposta no projeto executivo, sendo apresentadas as alterações técnicas necessárias para a obra de revitalização lograr êxito em sua execução, culminando no 2º Termo Aditivo de Valor.

[Handwritten signature]

Em relação ao 3º Termo Aditivo de Valor, fora elaborada a Nota Técnica nº. NTG388140820, na qual apenas foram realizadas análises dos preços unitários do pleito em questão.

Reforça-se que as Notas Técnicas nºs. NTG0307519718 e NTG388140820 possuem caráter estritamente técnico, desvinculadas dos aspectos jurídicos que envolvam a aprovação dos referidos Termos Aditivos.

Entretanto, esta Egrégia Corte de Contas apontou que houve a transfiguração do objeto ao se alterar a solução de “Recomposição da camada de base c/ adição de 20% brita” para “Reciclagem de base c/ 1,5% de cimento e incorp. rev. asf. à base - esp. rev. entre 5 e 10 cm”, o que ocorreu no 2º e 3º Termos Aditivos de Valor.

Ocorre que o método executivo do serviço “Recomposição da camada de base c/ adição de 20% brita” é o mesmo do serviço “Reciclagem de base c/ 1,5% de cimento e incorp. rev. asf. à base - esp. rev. entre 5 e 10 cm”, alterando-se o insumo que vai compor a mistura durante a passagem da recicladora.

De fato, o projeto executivo previa a “Remoção mecanizada do revestimento betuminoso”, mas este serviço implicaria uma despesa desnecessária, pois o serviço de reciclagem/recomposição do pavimento pode (deve) ser realizado com a incorporação do revestimento asfáltico. Aliás, é cediço que o revestimento asfáltico é composto por material nobre e seria um desperdício não aproveitá-lo na recomposição do pavimento.

A NORMA DNIT Nº. 167/2013-ES - PAVIMENTAÇÃO - RECICLAGEM PROFUNDA DE PAVIMENTO “IN SITU” COM ADIÇÃO DE CIMENTO PORTLAND - ESPECIFICAÇÃO DE SERVIÇO, esclarece que a reciclagem/recomposição do pavimento com adição de material deve ser executada nas condições e sequência a seguir descritas:

- a) Espalhamento do agregado adicional (caso necessário) na espessura determinada e, preferencialmente, com o emprego de distribuidor de agregados. Opcionalmente, poderá ser admitido o emprego de moto-niveladora; A largura das faixas longitudinais deve ser fixada de modo a executar-se o menor número possível de juntas e se consiga a maior continuidade de tratamento;**
- b) Espalhamento de cimento Portland sobre a superfície, na taxa indicada no projeto de mistura. O cimento deve ser distribuído**

preferencialmente por equipamento dotado de controle eletrônico, para garantia da precisão na taxa de aplicação. Excepcionalmente, poderá ser admitido o espalhamento manual, desde que a área a ser coberta pelo conteúdo de um saco de cimento seja previamente demarcada;

c) O tempo entre a aplicação do cimento e o início da mistura dos materiais não deve exceder 30 minutos;

d) Reciclagem na seção e espessura de corte indicadas em projeto. Nesta operação o cimento Portland, agregados adicionais (caso necessário) e a água para compactação são simultaneamente incorporados e homogeneizados com os materiais do pavimento existente;

e) A recicladora deve ser ajustada para fragmentar ao máximo o revestimento asfáltico. As eventuais placas do revestimento produzidas durante a operação devem ser removidas manualmente;

f) Para execução de juntas longitudinais entre cortes adjacentes recomenda-se uma sobreposição mínima de 15 cm entre passadas da recicladora. Deve-se tomar cuidado para não aplicar água para compactação na largura de sobreposição;

g) Imediatamente após a passagem da recicladora deve ser realizada a pré-compactação, para confinar a mistura reciclada e evitar perdas de umidade à medida que a recicladora avança. O equipamento de compactação vem imediatamente atrás da recicladora, para dar consistência à mistura antes que qualquer conformação geométrica seja feita pela motoniveladora;

h) Após a pré-compactação deve ser realizada a conformação inicial dos perfis transversais e longitudinais da camada com emprego de motoniveladora.

Percebe-se que o procedimento para reciclagem/recomposição do pavimento é passível de mudança do agregado a ser adicionado à base.

A referida norma cita, ainda, em seu item “5.2 - Equipamentos”, o maquinário necessário para a execução da reciclagem, qual seja:

- a) Recicladora de pavimentos;
- b) Caminhão tanque e basculante;
- c) Motoniveladora;
- d) Distribuidor de agregados (se necessário);
- e) Equipamentos para compactação (rolo liso ou pé de carneiro e pneumático autopropulsor).

A composição de preço da “Reciclagem de base c/ 1,5% de cimento e incorp. rev. asf. à base - esp. rev. entre 5 e 10 cm” contempla o seguinte:

S/C	Recicl. c/ 1,5% de cimento e incorp. rev. asf. à base - esp. rev.
A Equipamento	
E006	Motoniveladora - 120H - (104 kW)
E013	Rolo Compactador : Dynapac : CA-25-PP - pé de carneiro autop. 11,25 t vibrat (85 kW)
E102	Rolo Compactador - CC-424 HF - Tanden vibrat. autoprop. 10,9 t (93 kw)
E105	Rolo Compactador PS 360 C de pneus autoprop. 25 t (98 kW)
E129	Recicladora de Pavimento : Wirten: WR 2500 S (498 Kw) - a frio
E402	Caminhão Carroceria : - de madeira 15 t (170 kw)
E407	Caminhão Tanque : 2423 K - 10.000 l (170 kw)
B Mão de Obra	
T511	Encarreg. de pavimentação
T701	Servente
C Material	
M202	Cimento portland CP-II-32
M363	Bloco de desgaste p/ recicladora
M364	Porta dentes p/ recicladoras
M365	Dente de corte (W6/22) p/ recicladora
E Transporte de Materiais	
M202	Cimento portland CP-II-32

FIGURA 3 - COMPOSIÇÃO DA RECICLAGEM DE BASE C/ 1,5% DE CIMENTO.

A composição de preço da “Recomposição da camada de base c/ adição de 20% brita”, por sua vez, contempla o seguinte:

SERVIÇO: Recomposição camada de base c/ adição de brita	
CÓDIGO	A - EQUIPAMENTO
E006	Motoniveladora : Caterpillar : 120H - (104 kW)
E102	Rolo Compactador : Dynapac : CC-424 HF - Tandem vibrat. autoprop. 10,9 t (93 kw)
E105	Rolo Compactador - Caterpillar PS 360 C de pneus autoprop. 21 t (98 kW)
E138	Estabilizador/Recicladora a Frio : Caterpillar : RM-500 - (403 kw)
E407	Caminhão Tanque : Mercedes Benz : 2423 K - 10.000 l (170 kw)
E409	Caminhão Carroceria : Mercedes Benz : ATEGO 1418/42- fixa 9 t (130 kW)
CUSTO HORÁRIO DO EQUIPAMENTO :	
CÓDIGO	B - MÃO-DE-OBRA
T511	Encarregado de pavimentação
T701	Servente
CUSTO HORÁRIO DE MÃO-DE-OBRA :	
FERRAMENTAS :	
CUSTO HORÁRIO TOTAL :	
CUSTO UNITÁRIO DE EXECUÇÃO :	
CÓDIGO	C - MATERIAL
CUSTO UNITÁRIO DE MATERIAL :	
CÓDIGO	D -OUTRAS ATIVIDADES
1 A 00 717 00	Brita Comercial

FIGURA 4 - COMPOSIÇÃO DA RECOMPOSIÇÃO DA CAMADA DE BASE COM ADIÇÃO DE 20% DE BRITA.

Os recortes de relatórios fotográficos de Medições da SINFRA, apresentam equipamentos atuando na execução do serviço de recomposição/reciclagem da camada de base:

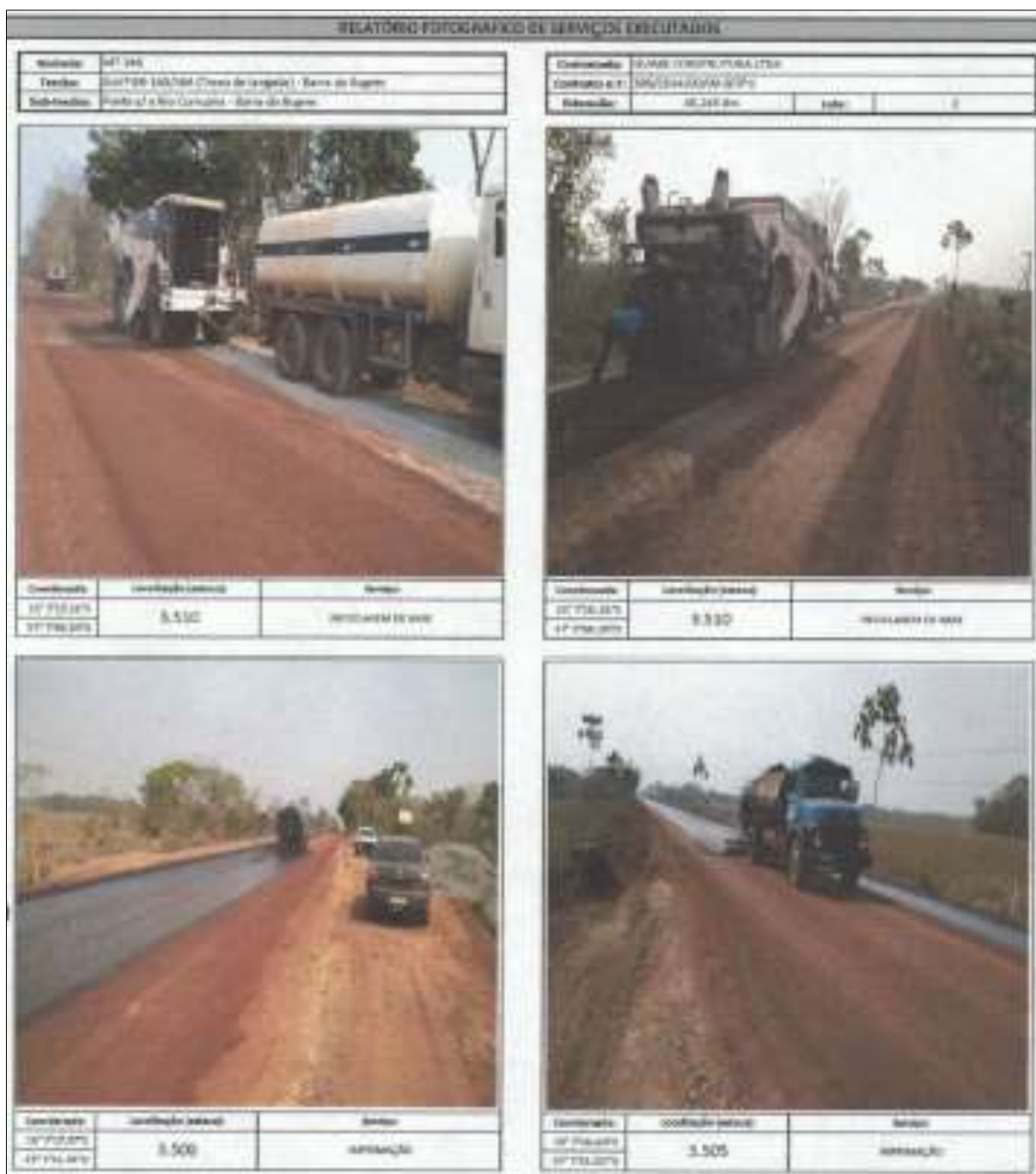


FIGURA 5 - RECORTE DE MEDIÇÃO - EQUIPAMENTOS EMPREGADOS NA RECICLAGEM.



“(...) objeto, entendido este como o conjunto de itens para os quais, como requisito de habilitação técnico-operacional, foi exigida apresentação de atestados que comprovassem execução de serviço com características semelhantes”. (gn)

Logo, o próprio edital da SINFRA, de acordo com entendimento exarado pelo Tribunal de Contas da União, atenta para a possibilidade de apresentação de atestados que comprovassem a execução de obras de complexidade equivalente, isto é, serviços com características semelhantes. Dessa maneira, o 2º e 3º Termos Aditivos de Valor não descumpriram referida regra.

Além disso, tanto o Edital de Concorrência Pública nº. 030/2014 quanto o Contrato nº. 388/2014 descrevem que o objeto a ser contratado é a “EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO, RESTAURAÇÃO E MELHORAMENTO DO MEIO AMBIENTE - CREMA MT, DA RODOVIA MT-246, TRECHO ENTR. BR-163/364 (TREVO JANGADA) - BARRA DO BUGRES, SUBTRECHO PONTE SOBRE O RIO CURRUPIRA - BARRA DO BUGRES, NUMA EXTENSÃO DE 45,245 KM, NOS MUNICIPIOS DE BARRA DO BUGRES - JANGADA - ROSÁRIO OESTE/MT (TRECHO 02)”, o que não se viu alterado.

Desta forma, é incontroverso que não houve a transfiguração do objeto contratado após a celebração do 2º e 3º Termos Aditivos de Valor.

Noutro norte, é imperioso asseverar que as ações dos Defendentes, ao invés de eivadas de irregularidades ou ilegalidades, especialmente no que tange a subscrição da Nota Técnica, tiveram como principal objetivo dar funcionalidade ao objeto contratado, cuja medida mostrava-se adequada.

Isto, pois, a atuação de ambos caminhou sob a ótica do interesse público, mesmo porque não seria razoável permitir o prejuízo de toda a sociedade, destinatária do investimento estatal, em razão das paralisações havidas nas obras, que são de inquestionável interesse social.

Outrossim, o Tribunal de Contas da União emitiu um relatório de auditoria (TC 011.196/2018-1 [Apenso: TC 039.816/2018-4]), que se tratou de um amplo diagnóstico sobre as obras paralisadas no país e identificação das principais causas de paralização.

Referido relatório identificou que de 38.412 (trinta e oito mil, quatrocentos e doze) contratos consolidados, cerca de 14.000 (quatorze mil) se

encontravam paralisados, representando aproximados 37,5% (trinta e sete e meio por cento) das obras que deveriam estar em andamento, o que resulta em um verdadeiro desperdício de aproximadamente R\$ 144.000.000.000,00 (cento e quarenta e quatro bilhões de reais), soma dos valores totais previstos dos contratos paralisados, sem mencionar os efetivos prejuízos das paralisações.

A obra objeto deste feito, certamente seria mais uma entre tantas paralisadas, pois conforme já exposto, houve um grande período de paralisação, e os atos dos Defendentes contribuíram para sua regular conclusão, evitando-se prejuízos ao erário e a população usuária. Assim, é imperioso reconhecer que a relativização do objeto foi benéfica para a Administração Pública, bem como não resultou em grandes mudanças no objeto contratado.

De mais a mais, não é demais relembrar que em 26/04/2018 foi promulgada a Lei Federal nº. 13.655/2018, que incluiu diversos dispositivos na Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro (LINDB) - antigamente o Decreto-lei nº. 4.657/42 era chamado de Lei de Introdução ao Código Civil (LICC). Ressalva-se que em 2010 foi editada Lei nº. 12.376, alterando o nome com o objetivo de deixar claro que ela se aplica a todos os ramos do direito.

Seu conteúdo interessa a todos os ramos do direito, não apenas ao Direito Civil. A Lei nº. 13.655/2018 incluiu na LINDB os Arts. 20 a 30, prevendo regras sobre segurança jurídica e eficiência na criação e aplicação do Direito Público (vetado o Art. 25).

Realce-se que o Art. 22 da mencionada lei assim dispõe:

“Art. 22. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.

§ 1º Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, serão consideradas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente”.

O objetivo desse dispositivo é que sejam considerados não apenas a literalidade das regras que os gestores tenham eventualmente violado, mas também as

dificuldades práticas que eles enfrentaram e que possam justificar um suposto descumprimento.

A comissão que auxiliou na elaboração do anteprojeto fez a seguinte justificativa acerca do mencionado dispositivo legal, *ipsis litteris*:

“A norma em questão reconhece que os diversos órgãos de cada ente da federação possuem realidades próprias que não podem ser ignoradas. A realidade do gestor da união evidentemente é distinta da realidade de gestor em um pequeno e remoto município. A gestão pública envolve especificidades que tem de ser consideradas pelo julgador para a produção de decisões justas. As condicionantes envolvem considerar os obstáculos e a realidade fática do gestor, as políticas públicas acaso existentes e o direito dos administrados envolvidos. Não seria razoável admitir que as normas pudessem ser ignoradas ou lidas em descompasso com o contexto fático em que a gestão pública a ela submetida se insere”. (Fonte - matéria publicada no site ‘Dizer o direito’ de 30/04/2018; disponível em: <https://www.dizerodireito.com.br/2018/04/comentarios-lei-136552018-que-alterou.html>)

Então, com amparo agora nesse dispositivo, ainda que houvesse o descumprimento legal, deve se ter resistência em aplicar a literalidade da lei de forma a entender que apenas o fato de ela ter sido contrariada já caracterizaria uma má-fé ou o dever de punibilidade.

Nota-se, ademais, que a Secretaria de Controle Externo de Obras e Infraestrutura, no relatório técnico preliminar, não logrou êxito em comprovar a ausência da vantajosidade das medidas adotadas em questão, tampouco a existência de prejuízo ao erário.

Não existe, vale dizer, prejuízo ao erário presumido, uma vez que este, para reconhecimento de sua configuração, deve estar estrita e detalhadamente comprovado.

Sobre o tema, veja-se o entendimento do Tribunal de Justiça Matogrossense:

“AÇÃO CIVIL PÚBLICA - IMPROBIDADE - SUPOSTO DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO - DECISÃO NÃO UNÂNIME DO

TRIBUNAL DE CONTAS - VOTO DE CONSELHEIRO PELA APROVAÇÃO DIANTE DE EQUÍVOCO NA BASE DE CÁLCULO PARA APURAR SUPOSTO DÉFICIT - DESPESAS REALIZADAS CONFORME LEI ORÇAMENTÁRIA - INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE - NÃO DEMONSTRAÇÃO DE DANO AO ERÁRIO - DOLO NÃO COMPROVADO - SENTENÇA MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO. Para a caracterização de lesão ao erário (art. 10 da LIA) é necessário o apontamento da lesão ou do prejuízo e sua demonstração. Não há prejuízo ao erário presumido. Mero parecer desfavorável do TCE, apontando déficit orçamentário, cujo julgamento contém voto de Conselheiro pela aprovação, com o fundamento de que o suposto déficit apontado não existe, pois resulta de base de cálculo equivocada, utilizando-se as despesas empenhadas e não aquelas efetivamente liquidadas, é insuficiente para demonstrar conduta ímproba. Despesas realizadas conforme orçamento aprovado por Lei Municipal. Inexistência de dolo, exigível para configuração de ato de improbidade do art. 11 da LIA". (Ap 6116/2014, DRA. VANDYMARA G. R. P. ZANOLO, TERCEIRA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 16/12/2014, Publicado no DJE 22/12/2014) (gn)

Por fim, não se pode desprezar o fato de que os Termos Aditivos celebrados estiveram, todos, calcados em pareceres técnicos jurídicos da Procuradoria Geral do Estado, o que, por si só, retira qualquer incursão dos Defendentes nas irregularidades apontadas.

Acerca do tema, veja-se a sabedoria jurisprudencial, *verbi gratia*:

“AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA - RECEBIMENTO DE DENÚNCIA - NEGATIVA DE EXECUÇÃO DE LEIS - CRIME PREVISTO NO DECRETO-LEI 201/67, ART. 1º, XIV - PERMISSÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE - DISPENSA DE LICITAÇÃO TEMPORÁRIA - OUTORGA MEDIANTE PROCESSO EM OBEDIÊNCIA A ORIENTAÇÃO JURÍDICA - CONDOTA PENAL INEXISTENTE - EXIGÊNCIA DE LICITAÇÃO COMO REGRA - DISPENSA PERMITIDA A EXCEÇÃO - AUSÊNCIA DE DOLO - REJEIÇÃO DA PRETENSÃO ACUSATÓRIA. O prefeito municipal que, diante de



necessidade premente, mediante processo específico, em face de PARECER JURÍDICO favorável, permite, em caráter precário, pelo prazo de 180 dias, a prestação de serviço de transporte urbano até que realize licitação pública, não pratica nenhum delito, mormente o de desrespeito às leis federal, estadual ou municipal, impondo-se a rejeição de denúncia contra si oferecida sob fundamento de ser essa conduta delitiva”. (N.U 0038761-60.1999.8.11. 0000, MANOEL ORNELLAS DE ALMEIDA, TURMA DE CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS, Julgado em 11/08/2000, Publicado no DJE 30/10/2000) (gn)

“AÇÃO CIVIL PÚBLICA - IMPROBIDADE - DISPENSA LICITAÇÃO - SERVIÇO TRANSPORTE ALUNOS - DIVERGÊNCIA ENTRE O CONTRATO E O EDITAL LICITATÓRIO ANTERIOR - IRREGULARIDADES FORMAIS - CULPA, DOLO - INEXISTÊNCIA-INEXISTÊNCIA DE DANO AO ERÁRIO - SENTENÇA MANTIDA - RECURSO IMPROVIDO. A dispensa de licitação para contratação de serviço de transporte de alunos de zona rural, quando já iniciado o período letivo e atendendo a parecer jurídico da possibilidade, não se revela dolosa ou culposa, não caracterizando a improbidade. Erro formal do contrato é insuficiente para indicar conduta lesiva ou dolosa, ainda que genericamente. Não caracteriza dano ao erário a contratação sem licitação se não houve superfaturamento e o serviço foi efetivamente prestado. O erro formal corrigido a tempo, com a dedução da diferença, descaracteriza a conduta como causadora de dano ao erário”. (N.U 0000742-35.1997.8.11.0006, VANDYMARA G. R. P. ZANOLO, PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 06/05/2014, Publicado no DJE 15/05/2014) (gn)

Na mesma linha de entendimento, aliás, posiciona-se o Tribunal de Contas da União. Tanto que o voto condutor do Acórdão 1275/2011-Plenário assim asseverou:

“Esclareço que o parecer jurídico a que se refere a Secex-AM, cujo teor teria alertado acerca das deficiências do Plano de Trabalho é o Parecer nº 688/2006-PROJU, exarado pela Procuradoria Federal

da AGU que oficia junta à Suframa, relativo à viabilidade de celebração do Segundo Termo Aditivo ao Convênio, concernente aos exercícios de 2006 e 2007 (fls. 157/159). É de se notar, portanto, que referido parecer foi emitido muito após a celebração do Convênio e de seu Primeiro Termo Aditivo. Isso significa que essa mesma Procuradoria já havia se manifestado nos autos em duas oportunidades anteriores, conforme mencionei acima. A primeira em relação à própria celebração do Convênio e a segunda concernente à assinatura do Primeiro Termo Aditivo. Nas duas, a Procuradoria Federal da AGU se manifestou favoravelmente à consumação das avenças.

Ora, diante desse quadro, era razoável exigir da Superintendente da Suframa que não aprovasse o Plano de Trabalho nem assinasse o Convênio? Parece-me que não. Diante de tantas manifestações técnicas e jurídicas favoráveis à aprovação não se revela razoável admitir que a Superintendente não agisse de acordo com o que recomendavam os pareceres. Aliás, somente poderia agir de modo diverso se demonstrasse a inconsistência dos referidos pareceres. Certamente que, não havendo sérios, fundados e visíveis indícios de fraude ou outra situação desarrazoada, não se pode pretender que a Superintendente da Suframa refaça o serviço já feito tanto pela área técnica quanto pela área jurídica, a fim de se certificar da sua consistência.

O princípio da segregação das funções existe e é amplamente usado nas administrações tanto públicas quanto privadas, não por questão de simpatia, mas por pura necessidade de sobrevivência das instituições. Não pode o TCU ignorar essa realidade, sob pena de forte comprometimento do princípio da eficiência, e passar a exigir dos ocupantes dos mais altos cargos da hierarquia que parem o exercício de suas elevadas funções para refazer o serviço de seus comandados. Sequer teriam competência técnica para tanto, pois não detêm o conhecimento acerca de todas as áreas que se manifestam em processos dessa natureza.

Observo que a jurisprudência desta Corte tem sedimentado o entendimento que ora se sustenta. A regra é os gestores agirem de

acordo com os pareceres técnicos e jurídicos. Somente naqueles casos em que o parecer contém erros perceptíveis aos olhos do homem médio, ou seja, aos olhos daquele que age com a razoável diligência que de todos se espera, se pode afirmar ser razoável exigir do gestor que aja de modo diverso daquele indicado no parecer. Não acredito que o homem médio, ocupante de um cargo equivalente ao de superintendente da Suframa, teria, em circunstâncias similares às analisadas nestes autos, razões para, diante de tantas manifestações favoráveis à aprovação, agir de modo diverso, seja não aprovando o plano de trabalho seja refazendo o que já havia sido feito pelos setores competentes.

Desse modo, ocorrendo alguma irregularidade, a responsabilidade deve, observado o princípio da segregação das funções, ser imputada àquele que deu causa ao resultado ilícito, nos limites das atribuições de cada agente.

Em situações idênticas às destes autos, o Tribunal não tem aplicado sanção à autoridade que assina o Termo de Convênio ou aprova o Plano de Trabalho. Sobre o tema, o Ministro Walton Alencar Rodrigues fez as seguintes considerações no voto que fundamentou o Acórdão nº 2.540/2009 - 1ª Câmara:

‘O responsável baseou-se em pareceres das áreas técnica e jurídica para celebrar o convênio em pauta. Não seria razoável exigir que, ante a função de comando geral que exerce, o Secretário Especial de Aquicultura e Pesca tenha de conferir minuciosamente cada convênio a ser por ele assinado. Nessa situação, em consonância com a linha argumentativa contida nos votos condutores dos Acórdãos 1852/2008 - Plenário (item 23) e 653/2009 - Segunda Câmara (item 9), não havendo questionamento quanto a culpa grosseira, má-fé ou abuso de poder, a responsabilização do mencionado agente mostrar-se-ia desproporcional’.

No mesmo sentido o Acórdão 2.346/2009-Plenário, no qual o responsável foi ouvido em audiência, entre outros fatos, pela ‘aprovação do plano de trabalho sem a existência da descrição completa do objeto a ser executado e da descrição das metas a

serem atingidas, qualitativa e quantitativamente, em desacordo com o art. 2º da IN/STN nº 1/97', tendo, naquela assentada, o relator afirmado que 'Ademais, não seria razoável exigir que o Secretário de Estado dos Direitos Humanos reexaminasse cada projeto que lhe era apresentado, sob o risco de inviabilizar-se o exercício da função que exercia'.

Por essas razões, entendo que a Sra. [omissis], Superintendente da SUFRAMA, e o General-de-Exército [omissis], então Chefe do Departamento de Engenharia e Construção, não devem ser apenados, ainda que, até esta parte do voto, não se tenha analisado se, de fato, ocorreu a suposta ofensa ao princípio da economicidade, sustentada pela Secex-AM. Isso porque, caso se verificasse dano ao erário, penso que, pelos motivos expostos anteriormente, não deveria a responsabilidade recair sobre as autoridades arroladas nas audiências, mas sim sobre quem tivesse dado causa ao citado dano". (gn)

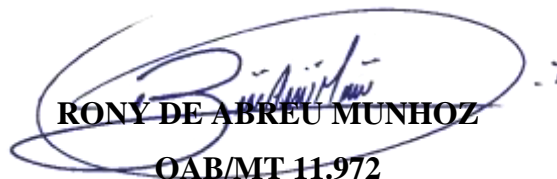
Deste modo, é inconcusso reconhecer a impossibilidade de imputar irregularidades ao Defendente e, ainda menos, de penalizá-lo, eis que agiu de acordo com os princípios da legalidade, eficiência, vantajosidade e em benefício do interesse público, razão pela qual a presente Tomada de Contas Especial deverá ser julgada totalmente regular, com seu consequente arquivamento definitivo.

3 - DOS PEDIDOS

Ante ao exposto, **REQUER-SE** de Vossa Excelência sejam considerados sanados os apontamentos apresentados em prejuízo do Defendente, e, conseqüentemente, julgar totalmente regular a Tomada de Contas Especial *sub examine*, eis que assim, e somente assim, estar-se-á promovendo a verdadeira e uníssona justiça.

Termos em que, pede deferimento.

Cuiabá/MT, 14 de maio de 2025.


RONY DE ABREU MUNHOZ
OAB/MT 11.972

